

# É hora de Sarney agir com firmeza

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Deixa poucas dúvidas a quarta operação abdominal a que precisou submeter-se ontem o presidente eleito Tancredo Neves. Tudo correndo bem, sem novos percalços e obstáculos por enquanto imprevisíveis, sua recuperação levará meses. E, mesmo assim, estes dias amargos devolverão a Brasília um chefe de governo obrigado a acautelar-se. A ser preservado ao máximo, seja pelas seqüelas por que passou, seja pela idade que apresenta. Seu temperamento, sua formação e sua garra, obviamente, o levarão a reagir e a não se conformar em ser por muito tempo um presidente de meio expediente, contido pelos auxiliares e pela família. Mas falará mais alto a natureza das coisas.

Assim, a hipótese que se abria nos mais do que perplexos, pois desanimados, meios políticos da Capital Federal, ontem, indicava o presidente eleito, caso recuperado, delegando missões contínuas e específicas ao vice-presidente. Dividindo com José Sarney parte dos encargos executivos.

A vida tem dessas coisas: consegue ser mais surpreendente e intrincada do que a ficção. Há 20 dias, ninguém imaginaria viesse a acontecer nem um milésimo sequer do drama agora desenvolvido. O mais importante para a Nação, não só para parentes e amigos de Tancredo Neves, é que ele supere os problemas de saúde e possa, ainda por muito tempo, receber os louros da grande transformação democrática que comandou. Não teríamos saído do autoritarismo e daquele regime dúbio caracterizado até 15 de março não fosse sua determinação. Bem como sua experiência e sua coragem, tornando-se o símbolo das mudanças e da Nova República. Seu lugar na História está conquistado, aconteça o que acontecer.

A questão que se coloca é, de início, a impossibilidade de o presidente eleito assumir tão cedo. E, assumindo mais tarde, de não se exigir dele coisa muito superior ao limite de suas forças, já que sua saúde precisará estar acima de todas as outras preocupações.

Não se trata de estabelecer um condomínio ou divisão do poder, no caso de Tancredo poder voltar, prestar juramento no Congresso e receber a faixa presidencial. Apenas, Sarney funcionaria como uma espécie de executor especial, encarregado e sagrado por ato político do presidente. Não se pensa, ao menos por enquanto, em ato jurídico, que aconteceria pela alteração do sistema de governo, como, por exemplo, pelo estabelecimento do parlamentarismo. As circunstâncias ditariam a atuação dinâmica de quem, como nenhum outro, está umbilicalmente ligado a Tancredo, por laços políticos e jurídicos.

Diante da hipótese de o presidente eleito não voltar, porém, surgem outros desdobramentos. A Constituição não deixa dúvidas, no artigo 76: "Substituirá o presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o vice-presidente da República". Com Tancredo Neves afastado do poder, por tempo longo ou definitivamente, o lugar é de Sarney, para cumprir o mandato para o qual ambos foram eleitos. Não se coloca a realização de novas eleições.

O direito de José Sarney, além de adquirido, surge líquido e certo.

Politicamente, no entanto, as coisas não são tão simples. Registrava-se, em setores mais radicais do PMDB e em outros partidos, ontem, a tese de que Tancredo Neves, além de eleito conforme as regras do jogo, contou com o apoio maciço da população. Legitimou-se e adquiriu credibilidade, mesmo elevado ao poder através de um processo espúrio, pois indireto, precisamente porque teve a sociedade a respaldá-lo em praça pública. Teria o mesmo acontecido com Sarney? Teoricamente, sim, pois foi escolhido companheiro de chapa de Tancredo e, quando a escolha se processou, o mínimo que os seus eleitores fizeram foi ler a Constituição. Como, no entanto, Sarney proveio da antiga situação, presidiu o PDS e serviu ao regime anterior com lealdade e diligência, até o momento em que não agüentou mais, começam a surgir vozes tramando mudanças radicais. Motivos políticos, não jurídicos, levariam à queima de etapas no processo e à antecipação das eleições presidenciais diretas para o ano que vem, juntamente com as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. A idéia parece esdrúxula e casuística, mas existe. Existindo, importa reportá-la, até para que se veja no fundo de suas entranhas manobra pouco ética. Radical, mas real.

Pressionado, e as pressões, como se verá, estão latentes, José Sarney resistiria? Para tanto, contaria com o respaldo das principais forças políticas e grande parte da opinião pública. Mas o ministro da Justiça, Fernando Lyra, já alertado, alertou ontem mesmo para o perigo. Pelo menos nove greves políticas estão sendo detectadas no País, conforme disse, para tumultuar o processo de normalização democrática, a exemplo da greve dos motoristas de Brasília. Pode ter havido exagero dele, no caso específico, mas a ameaça é evidente. Forças extremistas entendem que, conturbando o quadro através de greves e paralisações, conseguirão alterar substancialmente o regime. Não deixa de ser irônico ouvir Fernando Lyra prometer que a Constituição será mantida, já que se trata, pela sua própria voz anterior a 15 de março, de uma Constituição posta em frangalhos, espúria e ditatorial, contendo até "emergências e estado de emergência", nada mais nada menos do que a suspensão arbitrária dos direitos e garantias individuais.

Caso continuem oscilando as condições de saúde do presidente eleito, graves e preocupantes no conjunto, apesar de cada seqüela ter sido apresentada como simples pelos médicos, mais crescerão especulações e pressões. Caberá a José Sarney, portanto, imbuir-se de maiores doses de firmeza. Resistindo, aumentará a resistência em favor da preservação constitucional. Cedendo, verá aberta larga avenida para a crise. Porque os militares já fizeram chegar aos políticos que não aceitam casuismos ou alterações nas regras do jogo. Custaram a comparecer com a Nova República e formam ao lado da legalidade preceituada pelos artigos atuais da Constituição. Reagiriam à antecipação das eleições presidenciais e à redução dos mandatos de Tancredo Neves ou de José Sarney.

C.C.